

# EDUCAÇÃO INFANTIL: A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUITETURA NO RESGATE DE VALORES

## CHILDHOOD EDUCATION: THE CONTRIBUTION OF ARCHITECTURE IN REDEMPTION OF SECURITIES

GOMES, G. F. M.<sup>1</sup> FILIPINI, C.<sup>2</sup>

<sup>1e2</sup>Departamento de Arquitetura e Urbanismo –Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

### RESUMO

Atualmente muitas questões educacionais, entre elas a violência, a depredação do edifício escolar, a repetência, entre outros, tem desencadeado muitas discussões e controvérsias no Brasil. O MEC tem preconizado a parceria escola comunidade, pois muitas escolas que desenvolvem projetos com a família, têm apresentado experiências bem sucedidas, com ensino de melhor qualidade, índices menores de evasão e repetência. **Objetivo.** Realizar um estudo articulado entre educação, arquitetura e uma realidade local, a fim de oferecer subsídios à proposta de projeto de escola pública de educação infantil para Ourinhos. **Metodologia.** Estudo descritivo e de revisão. Realizou-se um estudo prévio com diversas escolas públicas, visando levantar as dificuldades vivenciadas com visitas, observações, entrevista formal /informal; também um estudo de revisão histórico/documental sobre educação no Brasil. Definição do terreno para o projeto após levantamento das necessidades do município e educação infantil, com a Prefeitura Municipal de Ourinhos; finalmente entrevistas sobre opiniões da realidade local. **Desenvolvimento.** O terreno está localizado no Jardim São Carlos por ser uma região de vulnerabilidade, apresentando condições sócio-econômicas desfavoráveis, com demanda reprimida no Núcleo de Educação Infantil mais próximo e projeção de nova demanda com 145 casas do CDHU que estão sendo construídas. A adoção do Projeto padrão do MEC não é recomendável, pois os problemas situacionais requerem um projeto adequado à comunidade. **Conclusão.** A proposta de projeto de uma escola para a Educação Infantil almeja que a arquitetura contribua para a construção de vínculos positivos da criança com a escola e com o ato de estudar, extensivo ao ambiente familiar.

**Palavras-chave:** Educação. Arquitetura Participativa. Vínculos Positivos.

### ABSTRACT

Currently many educational issues , including violence, vandalism of school building , repetition , among others , has triggered much discussion and controversy in Brazil . The MEC has advocated the partnership school community because many schools which develop projects with family , have presented successful experiences with education of better quality, lower rates of dropout and repetition . **Objective .** Conduct a study articulated between education , architecture and a local reality , in order to offer subsidies to the proposed project public school kindergarten for Ourimbah . **Methodology .** Descriptive study and review . We conducted a preliminary study with several public schools in order to raise the difficulties related visits, observation , interview, formal / informal ; also review study history / documentary about education in Brazil . Setting the stage for the project after surveying the needs of the municipality and early childhood education , with the Municipality of Ourimbah and finally interviews opinions about the local reality . **Development .** The land is located in Jardim Sao Carlos to be an area of vulnerability , with socio - economic conditions , with pent-up demand in Early Childhood Education Center nearest projected new demand CDHU with 145 houses being built . The adoption of the Draft Standard MEC is not recommended because the situational problems require a suitable project to the community . **Conclusion .** The proposal for a School for Early Childhood Education aims that architecture can contribute to building positive links with the child's school and the act of studying , extended family environment .

**Keywords:** Education. Architecture of Participation. Positive Links.

## INTRODUÇÃO

Quando se discute a EDUCAÇÃO INFANTIL e suas PROPOSTAS PEDAGÓGICAS, a funcionalidade dos ambientes de uma escola devem ser consideradas; tais como a funcionalidade; a adequação dos espaços no que diz respeito ao conforto térmico, acústico, de iluminação; quais materiais serão usados; as cores; a segurança; entre outros.

Entretanto, para Kowaltowski (2011), a discussão sobre a arquitetura escolar exige reflexões sobre a história e a evolução da linguagem formal e das avaliações do ambiente, sem deixar de lado as questões educacionais e culturais da sociedade. Para ela, essa arquitetura nunca está desprovida de símbolos e reflexos do seu contexto cultural e deve existir como resposta à proposta pedagógica que a escola pretende adotar. Afirma também que as “idéias pedagógicas e sua assimilação na prática escolar têm um dinamismo próprio (...)” (p.154), destacando que, portanto, o arquiteto necessita se aproximar e se sensibilizar com as questões educacionais a fim de desenvolver um projeto que possua uma concepção afinada à realidade escolar.

Assim, ao definir os espaços e usos da instituição escolar, o arquiteto pode influenciar na definição do conceito de ensino na escola, e, por essa razão, cabe a ele conhecer os aspectos pedagógicos, pois refletem o tipo de atividade que as escolas vão desenvolver. Isto significa que os aspectos pedagógicos são essenciais para a definição do programa de necessidades dos edifícios escolares. (KOWALTOWSKI, 2011).

Importante ressaltar que as escolas brasileiras são resultado de uma longa trajetória histórica, marcada por momentos diversos, entre eles o desenvolvimento, os conflitos e as influências religiosas, econômicas, sociais, políticas e culturais.

Assim, é fundamental ter a percepção que nenhum modelo ou prática pedagógica existente é livre de propósitos históricos.

Segundo Kowaltowski (2011), a história da educação em várias épocas está entrelaçada ao desenvolvimento das religiões dominantes e, no Brasil, além da religião, também tem como base o desenvolvimento do ensino da Europa e, mais tarde, da América do Norte. Além disto, atualmente tem sido observadas fortes influências de movimentos educacionais na Ásia, principalmente as experiências do Japão e da Coreia.

Tais referências sobre a trajetória da educação evidenciam que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil também é fruto dessa história, o qual determina questões como o respeito à dignidade e direitos das crianças. Deste modo, as propostas pedagógicas são desenvolvidas com autonomia pelas instituições de Educação Infantil a partir das orientações deste documento. (MEC, 2008).

Sabe-se que vários itens apresentados nas propostas pedagógicas explicitam a participação dos familiares dos alunos na escola, bem como da comunidade. Essa concepção do Ministério da Educação surge com a necessidade de minimizar e superar muitos problemas enfrentados pelas escolas, entre eles o fracasso escolar, a evasão e a violência escolar. Entretanto, muitas escolas de educação infantil tem apresentado dificuldades na relação escola/comunidade. Destaca-se a resistência de muitos professores e/ou funcionários, bem como diretores, com relação à participação da comunidade na escola.

Contudo, é fato que a prática pedagógica das escolas que possuem as melhores classificações nas avaliações em âmbito nacional ou estadual, preconiza a parceria com a comunidade; a exemplo, a Escola Prof<sup>a</sup> Blanca Zwicker Simões e a Escola Professora Elisabeth Maria Cavaretto de Almeida. (IDEB, 2013).

O Ministério da Educação, através dos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil, propõe incorporar metodologias participativas que incluam as necessidades e os desejos dos usuários, a proposta pedagógica e a interação com as características ambientais. Destaca o conceito de escola inclusiva para assegurar acessibilidade universal, na qual autonomia e segurança são garantidas às pessoas com necessidades especiais, sejam elas crianças, professores, funcionários ou membros da comunidade. (MEC, 2008).

Segundo o Ministério da Educação “[...] a concepção do projeto deve ser antecedida de processos participativos que envolvam a comunidade educacional – [...]– com vistas a compartilhar os saberes e experiências daqueles que vivenciam os espaços, além de incorporar a reflexão sobre o perfil pedagógico da instituição pretendida”. (MEC, 2008, p.09).

Tratando-se do objeto deste estudo, a arquitetura e a educação infantil, importante comentar sobre a arquitetura escolar participativa. Tal conceito pode ser compreendido quando se constata que “O espaço físico não apenas contribui para a realização da educação, mas é em si uma forma silenciosa de educar. Como afirma,

referindo-se ao espaço escolar, este não é apenas um cenário onde se desenvolve a educação, mas sim uma forma silenciosa de ensino”. (MEC, apud FRAGO, 2008, p.07).

Deste modo, torna-se fundamental a adoção de um modelo de referência projetual. Neste sentido, destaca-se o pensamento de Jean Nouvel, arquiteto francês que exprime idéias inovadoras sobre a arquitetura. Destaca que “[...] A arquitetura tem de ser impregnada e impregnar, imbuir e ser imbuída, absorver e transmitir[...]”(p.76) ; ou seja, esta ciência deve acompanhar as diversidades de sua época e ter a capacidade de superar desafios. (CASAMONTI, 2011).

Vários projetos de sua criação denotam criatividade, a exemplos o uso de elementos simbólicos e da natureza, como a água. Destaca-se em um de seus projetos uma fonte colocada sob vidro, a qual se acrescentou mercúrio preservado por nitrogênio e que lembra o interior dos palácios das Mil e Uma Noites. (CASAMONTI, 2011).

A escolha dos projetos foram motivadas, num primeiro momento, pela apresentação plástica dos edifícios, as quais envolvem harmonicamente a forma, os materiais e a luz. Neste momento de reflexão a respeito das dificuldades das escolas públicas, é de fundamental importância conhecer novos padrões estéticos, projetos inovadores, aliados a materiais interessantes, que contribuam para a construção de uma escola mais atraente, no caso, uma escola de educação infantil, objeto deste estudo.

Faz parte do contexto escolar, avaliar constantemente a prática pedagógica, de tal forma que acompanhe as transformações da sociedade, bem como as evoluções tecnológicas, as necessidades do planeta, etc. Assim, é importante pensar em um edifício que também contemple estas ações.

Grande parte dos projetos de Jean Nouvel apresentam, por exemplo, um melhor aproveitamento da luz natural, de forma bastante criativa e poética, marca constante em suas obras. Com relação ao IMA, através de uma forma muito simples sabiamente simbolizou a cultura árabe e trouxe para o edifício o mundo ocidental e o oriental, através das fachadas norte e sul. Pode-se considerar que outra marca constante em seus projetos, seja o uso de formas simples, porém marcantes e inusitadas, como é também observado na Torre Agbar e no Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Brembo.

Com relação à ampliação do Centro de Arte Reina Sofia, o projeto não obscurece a estrutura precedente, ao contrário, destaca-a ainda mais, mesmo sendo a extensão cativante. Sobre o Centro de Arte, segundo Casamonti, “ao projeto cabe demonstrar fidelidade, respeito e um sentido de continuidade com o passado”. (CASAMONTI, 2011).

Cabe ressaltar que o foco de reflexão dos edifícios referidos não são a monumentalidade ou a ostentação, mas os contrastes, e, ao mesmo tempo, a harmonia do novo e do velho; o uso dos recursos do lugar; a paisagem; a cor; a luz; a simplicidade da forma; a surpresa; o sonho; o encantamento, a ousadia, a poesia.

Finalmente, suas obras são dotadas de uma sensibilidade singular, que certamente as tornam muito significativas e exemplo para arquitetos que vejam na arquitetura um caminho para mudanças, particularmente para projetos educacionais.

Assim, com base num modelo de referencial projetual, neste caso, o modelo de Jean Noveau, este estudo tem como objetivo geral apresentar uma proposta de projeto de escola pública de educação infantil, com a finalidade de contribuir para a melhoria de questões educacionais, especificamente na cidade de Ourinhos, estado de São Paulo. Julga-se necessário, também, estabelecer-se um modelo de projeto de escola atrelado às propostas pedagógicas implementadas na Rede Municipal de Educação Infantil do Município de Ourinhos, as quais estão diretamente correlacionadas ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, do Ministério da Educação.

Ainda, este estudo tem como objetivos específicos, avaliar a situação educacional infantil no Brasil; descrever as necessidades do município de Ourinhos com relação à educação; definir o local de implantação da escola e identificar as necessidades do bairro de escolha do local da escola.

### **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo e de revisão. A adoção de duas modalidades metodológicas foi necessária, pois ofereceram subsídios para o alcance dos objetivos propostos. A princípio, para consecução do objetivo foi realizado um estudo prévio com diversas escolas públicas, especialmente unidades de educação infantil e ensino fundamental, visando levantar as dificuldades vivenciadas, sendo este o ponto de partida para o desenvolvimento do projeto arquitetônico. Concomitantemente ao levantamento dos problemas das escolas,

através de visitas, observações, entrevista formal e informal, também realizou-se um estudo de revisão não sistematizado. Utilizou-se como busca de acesso as bases de dados online, por meio dos descritores: educação, arquitetura participativa, vínculos positivos. Assim, este levantamento bibliográfico foi relacionado ao tema, entre eles documentos legais que regem os princípios da educação no Brasil.

Em seguida, foi realizada uma investigação acerca das necessidades do município de Ourinhos com relação à educação infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Com esta etapa, foi definido o local de implantação da escola.

Com a escolha do terreno, foi também realizado um estudo das necessidades do bairro por meio de dois modelos de entrevistas. Os sujeitos participantes foram 50, ambos os sexos, entre eles pais de alunos do NEI Benedita Cury, crianças, professores, funcionários; representantes da Secretaria de Educação e de outras escolas como a EMEF Paulo Freire do Jardim São Carlos; lideranças das Associações de Moradores e representantes da Administração Pública de Ourinhos. Estas entrevistas ocorreram por meio de questões semiestruturadas e os sujeitos só foram entrevistados após assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo os preceitos éticos. As entrevistas foram utilizadas para obtenção de opiniões sobre uma escola na qual o projeto arquitetônico seja condizente aos anseios e às necessidades da comunidade.

Foram empregados dois modelos de entrevistas, um para as famílias dos alunos do NEI Benedita Cury e outra para profissionais da educação, Associação de Moradores e Administração Pública. A análise destes dados foi descritiva.

## **DESENVOLVIMENTO DO TEMA**

Tendo em vista que o objetivo geral deste estudo é propor um projeto de escola de educação infantil obriga, num primeiro momento, conhecer as concepções da infância no decorrer da história da humanidade, a fim de se compreender sua condição atual. Tratar da escola de educação infantil e a arquitetura, inseridos num contexto histórico evidenciou questões relevantes acerca do problema investigado.

## **ESTUDO DE REVISÃO- RESGASTE HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

Conforme Kramer, “Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas” (2006, p.14). É preciso compreender, então, que a história da infância está vinculada diretamente à história da relação da sociedade.

Não há muitas referências a respeito da infância nos primeiros períodos da civilização humana, entretanto, registros iconográficos, especialmente a pintura, revelam que aproximadamente até o século XVIII ela era indiferenciada e, a criança, vista como um adulto em miniatura. Tal afirmação é exemplificada com a pintura de Velázquez, do século XVII, na qual ele retrata a família do rei Felipe IV, da Espanha. É possível observar semelhanças na representação das crianças e dos adultos, como as feições e as vestimentas, pois, de acordo com Airès (1981), não existia uma figura social para os infantes.

Segundo ele, ainda não havia uma percepção de transição da infância para a fase adulta. Somente a partir do século XVIII, e de forma mais explícita, no século XIX, observa-se grandes transformações nas concepções de sociedade, família, escola e, conseqüentemente, de criança e infância, desencadeadas pela constante e crescente urbanização, decorrente do processo de expansão capitalista.

Os registros iconográficos do século XIX revelam modificações nas concepções de infância e isto pode ser evidenciado no quadro “As Meninas Cahen d’Anvers” (conhecido como Rosa e Azul), pintado por Renoir em 1881, o qual retrata duas irmãs. Contudo, é importante ressaltar que, com o advento da Revolução Industrial, a construção da concepção de infância, que estava sendo firmada, apresentava-se de forma diferente conforme a situação econômica da criança.

Segundo Bernartt, no Brasil, com o crescimento das grandes cidades, da industrialização e, conseqüentemente da pobreza, a necessidade do cuidado às crianças ganhava dimensão e elas tornaram-se um problema social do Estado. Enfatiza ainda que foi se firmando a convicção da necessidade de políticas e legislações específicas para a infância, pois era notório a ausência de políticas públicas destinadas à criança. (KRAMER, 2009).

Sabe-se que as conseqüências sociais da difícil realidade da maioria das crianças brasileiras, associada às pressões de mecanismos internacionais, impulsionaram ações de atendimentos às crianças e adolescentes por parte do

poder público, que passam a ser concretizadas no início do século XX. (BERNARTT, 2009,).

No Brasil, o primeiro marco emblemático foi a promulgação, em 1959, da Declaração Universal dos Direitos da Criança, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário. Outro marco importante se deu em 1989, quando a ONU convocou uma conferência mundial de onde saiu proclamada e aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e em 1990, na Tailândia, a reunião da Cúpula Mundial da Criança, durante a qual foram estabelecidas as metas em favor do bem-estar da criança para o decênio seguinte. O Brasil, ao ratificar os três documentos, de 1959, 1989 e 1990, tornou-os, no país, com força de lei. Entretanto, um dos marcos mais significativos da legislação brasileira, em relação ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos, foi a aprovação, em 1988, da Constituição Federal ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)).

Dos fundamentos legais; impossível não referir a Constituição de 1988, o inciso IV do artigo 208, que afirma: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)).

Com a inclusão da creche no capítulo da Educação, a Constituição explicita a função eminentemente educativa da mesma, à qual se agregam as ações de cuidado; além disto importante referir o Estatuto Criança e do Adolescente, reafirmando esse direito constitucional: É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. (ECA, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394), de 20 de dezembro de 1996, reproduz também o inciso da Constituição Federal no Art.4º do Título III (Do Direito À Educação E Do Dever De Educar).

Quando trata da Composição dos Níveis Escolares, no Art.21, a LDB explicita: A educação escolar compõe-se de: I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; (...). No capítulo sobre a Educação Básica, Seção II, trata especificamente da Educação Infantil, contemplando os aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, além da participação de família e comunidade.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, exigiu que regulamentações, em âmbito nacional, estadual e municipal fossem estabelecidas e cumpridas. A urgência de iniciativas nesse sentido foi reforçada pelo que a Lei determina no Art. 89 Das Disposições Transitórias: As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se-ão ao respectivo sistema de ensino.

Para atender a este prazo, urgiu que os Sistemas de Ensino e os Conselhos de Educação estabelecessem normas e diretrizes que propiciassem educação de qualidade nas creches e pré-escolas e sua integração real nos sistemas de ensino.

Assim, o Ministério da Educação, através da legislação brasileira quanto à educação infantil e educação especial enfatiza sua responsabilidade, inclusive técnica e financeira.

Vários aspectos foram abordados por diretores, coordenadores pedagógicos, professores, psicopedagogos e outros profissionais da educação, dentre eles o número de salas de aula insuficiente para atender a demanda, o que resulta na inconformidade com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; espaços inadequados ou a inexistência desses espaços para o desenvolvimento das aulas de educação física; de projetos complementares; de eventos escolares; atendimento psicopedagógico e psicológico; falta de acessibilidade; banheiros inadequados; entre outros. Registros dos estudos realizados nas escolas públicas revelam também que nas unidades de Ensino Fundamental, principalmente no Nível II, do 6º ao 9º ano, os “sinais” de vandalismo por parte dos alunos, que nesta fase tem entre 10 a 14 anos de idade, são mais evidentes, o que, segundo profissionais da educação, são decorrentes de vários fatores, entre eles, conflitos da adolescência, falta de valores, autonomia precoce, falta de vínculo com a escola, entre outros. Outro fator muito significativo é o fato da família participar cada vez menos da vida escolar dos filhos e, nesta fase, participam menos ainda, isto é observado nas reuniões escolares, palestras, eventos, etc. Dessa forma, a proposta de projeto de uma escola para a Educação Infantil almeja que a arquitetura, contribua para a construção de vínculos positivos da criança com a escola e com o ato de estudar e que ela leve este aprendizado para o ambiente familiar pois, atualmente, os questionamentos a respeito dos problemas das escolas públicas partem da premissa que a escola deve atuar em necessária e absoluta parceria com a família e a comunidade.

Espera-se então, que, a concretização deste processo na infância, que é o período de desenvolvimento da personalidade, bem como das capacidades cognitivas e experiências da criança no grupo social, seja referência nas etapas seguintes da vida escolar, ou seja, vislumbra-se que este aluno, bem como a comunidade do bairro tenha um comportamento diferente com relação ao edifício, não depredando, não invadindo e, preservando, participando e cuidando mais. Vislumbra-se que no ensino fundamental os alunos e a comunidade tenham sentimento de valorização e apego pela escola, o que pode contribuir significativamente para a redução dos índices de fracasso escolar. Considerando ainda que a educação infantil é o ponto de partida para “Educar para o exercício da Cidadania” e que uma boa escola é, acima de tudo, o lugar onde o aluno se sente bem, o projeto arquitetônico escolar tem um papel importante no que diz respeito à funcionalidade, adequação, segurança e beleza do espaço, pois, na prática, a somatória desses fatores promove bem estar, prazer, felicidade e, conseqüentemente, estimula, no caso, a criança de zero (0) a seis (6) anos, a preservar e a valorizar tal edificação. Com relação aos adultos, parte-se do mesmo pressuposto: quem trabalha em um ambiente organizado, adequado e bonito, é mais feliz e tem condições de produzir com mais qualidade. Quanto à comunidade, é um caminho para fazê-la perceber a importância da educação na vida dos filhos e levá-la a valorizar e respeitar a escola.

## **ANÁLISE DE ESPAÇOS ESCOLARES**

A outra modalidade investigativa foi o estudo de caso de ambientes escolares; especialmente o Pró Infância, Projeto Padrão do Governo Federal para todas as regiões do Brasil. Esta etapa consistiu em analisar criteriosamente todas as suas especificidades, no intuito de oferecer subsídios para a execução do projeto escolar. Deste estudo, pode-se destacar as áreas de circulação externa como o estacionamento e os acessos; a circulação interna; cobertura; fechamento e os ambientes do edifício: as salas de aula, pátio, secretaria, diretoria, salas de reunião/professores, salas de leitura, laboratório de informática, sanitários de alunos, cozinha, áreas de serviço e lavanderia, berçário, lactário e área de recreação. Desta investigação, alguns aspectos foram relevantes e evidenciou-se a contribuição para o projeto de escola de educação infantil. Pode-se destacar que é oportuno que a escola apresente opções de entrada e saída, pois costumam ser os momentos de interação entre as famílias, os professores e funcionários da escola. Dessa forma, é muito importante que esses momentos sejam tranquilos, agradáveis, receptivos e, preferencialmente, livres de tumultos. O berçário

deve ser um outro espaço que deve ser construído com garantia de segurança e conforto. Os sanitários se destacam quanto à sua necessidade de atender crianças com necessidades especiais, porém com privacidade e, ao mesmo tempo, que estimule ao auto cuidado.

As salas de aula resultaram reflexões quanto à prevenção de riscos e sobre modelos tradicionais que não atendem às necessidades da criança de educação infantil. Já as salas de leitura e informática remetem à necessidade de possuírem uma dimensão maior e atender uma demanda de faixas etárias diversas. O pátio também provocou considerações sobre a necessidade de possuir fechamento em suas extremidades. Deve-se considerar, também, que cada região tem características próprias, índices diferentes de águas pluviais, clima, paisagem, modos de viver, cultura, entre outros. Por exemplo, como propor um pátio com fechamentos somente nas regiões do Brasil onde o inverno é mais rigoroso? As crianças e os adultos de outras regiões também não necessitam estarem protegidos de chuva, vento e frio, mesmo sendo o último não tão intenso?

Sendo assim, espera-se que as diversas regiões do Brasil tenham escolas funcionais e organizadas de forma condizente às suas propostas pedagógicas. Isso significa que as escolas devam ter especificidades para atender às necessidades dos alunos, da família e da comunidade e, neste caso, um projeto padronizado limitaria o desenvolvimento da proposta. Neste âmbito, o projeto padrão pode ser considerado uma ferramenta para condicionar o desenvolvimento de uma proposta pré-determinada.

Foram analisadas também escolas de educação infantil da Itália, tais como de Reggio Emilia, mas seria contraditório e inapropriado fazer críticas a respeito dos projetos padronizados para as escolas públicas e, ao mesmo tempo, importar um modelo de escola italiana. O Brasil tem sua própria história e se deve partir da própria realidade, pois a configuração social é outra, com diferenças culturais e institucionais. Contudo, o propósito da pesquisa com unidades escolares italianas é a de conhecer e refletir sobre a prática de escolas bem sucedidas na educação infantil, e quais são os diferenciais no que diz respeito ao projeto arquitetônico.

Outro motivo significativo é a relação interativa que essas escolas têm com as famílias dos alunos. Segundo Edwards et al (1999), com relação às escolas de Reggio Emilia, cidade de 130.000 habitantes no nordeste da Itália:

“Seu sistema municipal de educação para a primeira infância tornou-se reconhecido e aclamado como um dos melhores sistemas de educação no mundo (Newsweek, 2 de dezembro de 1991)” (1999, p.21).

A história das escolas de educação infantil de Reggio Emilia teve início logo após a Segunda Guerra Mundial quando um intelectual e jovem professor italiano, Loris Malaguzzi, interessou-se pela construção de uma nova escola, em um pequeno vilarejo próximo à cidade de Reggio Emilia. No local, a comunidade aproveitou os tijolos e os ferros das casas bombardeadas para construir uma escola para crianças. Em pouco tempo outras unidades foram abertas na periferia e nos bairros mais pobres da cidade. Nestas escolas a educação é vista como uma atividade comunitária e onde mesmo as crianças mais jovens são seres sociais. Neste mesmo período, pós guerra, outra contribuição foram os estudos polêmicos de John Bowlby e Rene Spitz a respeito dos danos resultantes da separação entre mãe-filho, uma vez que saíram de casa para trabalhar.

Estas escolas são, ainda, objeto da presente pesquisa porque organizam seus projetos e seus ambientes de acordo com a teoria histórico-cultural, a qual foi desenvolvida por Lev Vygotsky. Esta teoria vem sendo estudada em muitos países, bem como por profissionais da área da educação de Ourinhos, pelo fato de ser considerada inovadora e pertinente com relação às dúvidas e questionamentos educacionais atuais.

## **ANÁLISE DAS NECESSIDADES ESCOLARES DE OURINHOS E DEFINIÇÃO DO TERRENO**

Após a avaliação das necessidades e pré-dimensionamentos, atendendo aos critérios do Código de Vigilância Sanitária e dos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil, a área de intervenção e a escolha do terreno se concretizou. Anteriormente à sua escolha, um estudo sobre dados sócio-geo-demográficos do município foram realizados.

O terreno escolhido para o desenvolvimento do projeto pertence à Rua Elvira Ribeiro de Moraes, no Jardim São Carlos, a qual está localizada na região leste da cidade de Ourinhos. No entorno da área, as edificações existentes são de gabarito baixo, sendo a maioria edificações residenciais, com pouco comércio. O bairro, bem como o entorno, pode ser considerado em período de crescimento e expansão, pois há terrenos vagos e 145 casas em fase de construção pelo governo estadual através do projeto da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.

Quanto à topografia, o terreno possui desnível de aproximadamente 5 metros, com caída para trás, onde passa o córrego das furnas, o qual está em fase de canalização a céu aberto. O terreno possui uma área considerável de 10.500 m<sup>2</sup>. Na região onde o terreno está localizado não existe tombamentos históricos. Há uma área

de proteção ambiental de mata ciliar do Córrego das Furnas, contudo não interfere na implantação do projeto.

Durante os estudos para escolha do terreno, foi analisada a estrutura urbana do local. O bairro conta com água canalizada e tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa, telefonia celular e muitas ruas pavimentadas. Entretanto, a Rua Elvira Ribeiro de Moraes, que dá acesso à escola, está parcialmente pavimentada.

Os estudos preliminares do terreno partiram da finalidade do projeto: uma escola de Educação Infantil para Ourinhos, com a proposta de contribuir para a melhoria de questões educacionais que tem desencadeado muitas discussões e controvérsias, entre elas a violência, a evasão, a repetência, entre outros. Foi informado pela Secretaria Municipal de Educação que o NEI Benedita Cury, escola próxima ao Jardim São Carlos, apresenta inúmeros problemas com o edifício, entre eles a falta de acessibilidade, com o agravante de não ter espaço físico suficiente para atender toda a demanda da região. Atualmente, as crianças da Vila Operária e do Jardim São Carlos também são atendidas nesta escola ou permanecem em lista de espera.

O NEI Benedita Cury atende aproximadamente 80 crianças de 0 a 4 anos e, no momento, possui 83% de demanda reprimida. Outro fator significativo abordado por representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social em entrevista é o fato de o bairro ser considerado área de vulnerabilidade social, famílias que estão em situação de risco e de extrema pobreza. A região também é considerada área de tráfico.

Entretanto, há ainda, como foi mencionada anteriormente, a construção em andamento de 145 moradias próximas à região do terreno. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, esse projeto do governo estadual tem a finalidade de melhorar as condições de vida da comunidade do bairro em todos os sentidos.

Para isso o projeto define que 7% das moradias serão destinadas às famílias que possuam membros com deficiências graves e/ou irreversíveis; 5% destinadas ao Programa de Atendimento ao Idoso; 4% destinadas aos policiais civis, policiais militares, agentes de segurança penitenciária e 10 moradias destinadas a moradores em área de risco. A somatória dos fatores abordados justifica o propósito da escolha do local e do terreno.

## **DAS ENTREVISTAS**

E finalmente, das entrevistas realizadas, algumas categorias se destacaram, conforme observa-se nos Quadros 1 e 2.

**Quadro 1.** Opiniões de pais sobre uma escola na qual o projeto arquitetônico seja condizente aos anseios e às necessidades da comunidade. Ourinhos, 2013.

PERGUNTAS	MAIORIA RESPONDEU
O que você deseja para o (a) seu (sua) filho (a)?	“Uma educação de qualidade” e “Um futuro melhor”
O que você menos gosta na escola de seu (sua) filho (a)?	“Sala de aula pequena”; “Escada na entrada”; “Falta de playground”; “Falta de espaços”.
O que você acha que está faltando na escola de seu (sua) filho (a)?	“Estrutura adequada”, “Playground”, “Escola em tempo integral”.
Participação dos pais na escola em eventos, palestras, festas, e se eles	Das 30 pessoas entrevistadas, apenas uma respondeu que não gosta de participar de festas e

**Quadro 2.** Opinião dos profissionais da Educação, Associação de Moradores e Administração Pública sobre uma escola na qual o projeto arquitetônico seja condizente aos anseios e às necessidades da comunidade. Ourinhos, 2013.

PERGUNTAS	MAIORIA RESPONDEU
Em sua opinião, o que motiva a depreciação e a violência nas escolas?	“As famílias deixaram tudo para a escola, inclusive a tarefa de educar”; “A desvalorização da escola por parte das famílias e da comunidade”; “Os pais não valorizam a escola, então os filhos não valorizam também”.
A parceria escola comunidade é importante para a aprendizagem e para a diminuição da violência e da depreciação nas escolas? Por quê?	: “Quanto mais a comunidade participar, maior será o sentimento de pertencimento”; “A participação da família na escola melhora a relação entre ambas, sobretudo para compartilhar desafios”; “Quando a escola e a comunidade se comunicam de maneira efetiva, o envolvimento torna todos responsáveis”.
Em sua opinião, o que o projeto arquitetônico de uma escola de Educação Infantil para a Vila Operária precisa contemplar para atender as necessidades do bairro?	“Capacidade de atendimento”; “Acessibilidade”; Salas de aula grandes”; “Brinquedoteca”; “Sala de Leitura”; “Refeitório”; “Anfiteatro”; “Ateliês”; “Playgrounds com muita área verde”; “Ambientes alegres”.

Das entrevistas realizadas pode-se inferir que demonstram que a adoção do Projeto Padrão do MEC não é recomendável, pois os problemas situacionais requerem um projeto adequado às necessidades da comunidade. No decorrer das visitas às escolas foi possível observar que muitos edifícios estão com excesso de grades, o que pode causar impacto indesejável, quando deveria ser acolhedor. Alguns ambientes como os banheiros, por exemplo, geralmente estão inadequados, com acessórios quebrados ou com partes faltantes. Grande parte das escolas, inclusive as de Educação Infantil, não mantém os rolos de papel higiênico nos banheiros porque está implícito que os alunos irão estragá-los, desperdiçá-los ou jogá-los dentro dos vasos sanitários ocasionando entupimentos. Nas escolas da rede estadual, por exemplo, os projetos arquitetônicos não contemplam interruptores nas salas de aula, pois também está implícito que os alunos irão quebrá-los ou causar qualquer tipo de transtorno.

Considera-se, também, atualmente, um dos grandes problemas enfrentados nas unidades escolares são a violência, o mau uso e a depredação do prédio, seja ela realizada por alunos ou pela comunidade através de invasões noturnas, em finais de semana e feriados. É possível observar em várias escolas que esses adventos foram responsáveis por muitas alterações nos edifícios escolares, como o excesso de grades. Pode-se dizer, então, que a “cara” da escola é o reflexo de um conjunto de coisas, entre elas, o comportamento dos usuários, principalmente os alunos; a filosofia do projeto pedagógico; os problemas sociais; culturais; políticos e econômicos da comunidade onde ela está inserida.

## **CONCLUSÃO**

O MEC – Ministério da Educação tem preconizado a parceria escola comunidade, pois muitas escolas que desenvolvem projetos com a família, têm apresentado experiências bem sucedidas, com ensino de melhor qualidade, índices menores de evasão e repetência. Acredita-se que por meio desta metodologia, os subsídios necessários para validar uma proposta de projeto de uma escola para a Educação Infantil foram alcançados. Almeja que a arquitetura contribua para a construção de vínculos positivos da criança com a escola e com o ato de estudar, extensivo ao ambiente familiar e às etapas seguintes da vida escolar.

## REFERÊNCIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. MEC/SEB. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. MEC/SEB. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. MEC/SEF. Brasília, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para Elaboração de Orientações Nacionais para a Educação Infantil**. MEC/SEF/DPE/COEDI. Brasília, 1997.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998. 21. Edição. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CASAMONTI, Marco. **Jean Nouvel**. 1. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2011.
- CEPPI, Giulio. A Escola como um Espaço de Complexidade Flexível. **Pátio Educação Infantil**. Porto Alegre: v. 34, p. 4-7, janeiro/março 2013.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Documento eletrônico {online} Disponível na Internet <<http://www.planalto...> Acesso em 29 de agosto de 2013.
- DEL PRIORE, Mary. **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 1990. Documento eletrônico. {on line}. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em 12 de março de 2013.
- EDWARDS, Carolyn et al. **As Cem Linguagens da Criança**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- GONÇALVES, Luiz Alberto O.; SPOSITO, Marília P. Iniciativas Públicas de Redução da Violência Escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.115, p. 101-138, mar. 2002.
- IDEB – **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Documento eletrônico. {on line}. Disponível na Internet [www.portalideb.insp.gov.br/resultado/](http://www.portalideb.insp.gov.br/resultado/). Acesso em 18 de março de 2013.
- IDEB – **EDUCAR PARA CRESCER**. Documento eletrônico. {on line}. Disponível na Internet [educarparacrescer.abril.com.br/ideb/](http://educarparacrescer.abril.com.br/ideb/). Acesso em 18 de março de 2013.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

KRAMER, Sonia. **Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1992.

LDB – **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. 1996. Disponível em [portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf). Acesso em 12 de março de 2013.

NOUVEL, Jean. Documento eletrônico. {online}. Disponível na Internet <<http://www.jeannouvel.com>>. Acesso em 05 de março de 2013.

PICELLI, Luciyelena; PICELLI, Lucineyde A. **Concepções de Infância e de Educação Infantil Construídas no Decorrer da História**. In: Encontro de Pedagogos da Região Sul Brasileira da UNIPAR, 1. Semana de Pedagogia, 11., 2002, Akrópolis. **anais**.288-294.

PROENÇA, Alice et al. **Quando a Escola e o Bairro Dialogam**. Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: n 34, p. 31-33, janeiro/março 2013.

SARESP 2008. Documento eletrônico. {on line}. Disponível na Internet <<http://educarparacrescer.abril.com.br/>>. Acesso em 18 de março de 2013